VOTO DE SAUDAÇÃO

No passado dia 10 de outubro, os trabalhadores do comércio e grande distribuição saíram à rua, na ilha Terceira, para reivindicar condições de trabalho e de remuneração dignas, nomeadamente, um horário de trabalho de 40 horas - como a maioria dos restantes trabalhadores do sector privado - e aumentos salariais de aproximadamente dez euros por cada nível remuneratório.

Foram cerca de 100 os trabalhadores de diferentes empresas que se juntaram e fizeram ouvir as suas vozes para demonstrar repúdio e indignação perante a proposta da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo - que representa os empresários das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa -, que pretende impor um horário de trabalho de 60 horas semanais e um regime de transferência entre estabelecimentos comerciais sem que isso implique qualquer contrapartida financeira para os trabalhadores.

Ou seja, estes trabalhadores podem passar a ter de trabalhar 12 horas por dia de forma consecutiva, até ao limite anual de 200 horas, e podem passar a ser transferidos de estabelecimento comercial de forma definitiva ou temporária, para qualquer local dentro de cada ilha, por decisão unilateral da empresa, tudo isto sem qualquer compensação financeira.

Pretendem ainda os representantes dos empresários fazer tábua rasa do que foi aprovado neste parlamento, que reduziu nos Açores para 90 dias o período experimental para trabalhadores que estejam à procura de primeiro emprego e para desempregados de longa duração, propondo o aumento para 180 dias do período experimental para estes trabalhadores.

É justo lembrar que, durante mais de dois anos de pandemia, os supermercados e as grandes superfícies comerciais mantiveram sempre a sua atividade, o que implicou sacrifícios por parte destes trabalhadores, que estiveram sempre na chamada "linha da frente".

E é importante também salientar que nos últimos meses, perante uma inflação galopante, o sector do comércio a retalho registou grandes aumentos de vendas e de lucros em comparação com o ano passado.

É inaceitável que, numa altura em que os resultados financeiros do sector são positivos, a proposta dos representantes dos empresários para alcançar um acordo coletivo de trabalho seja penalizadora para os trabalhadores, particularmente num sector marcado por horários de trabalho muito exigentes, com prejuízo para a vida familiar, e em que o salário mínimo continua, infelizmente, a ser a regra.

Assinalamos a coragem e a determinação demonstrada por estes trabalhadores que, perante um ataque aos seus direitos, não hesitaram e juntaram forças para lutar por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação aos trabalhadores e às trabalhadoras do comércio e grande distribuição que se manifestaram por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas.

Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 20 de outubro de 2022.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Correia Garcia